



RESULTADOS E DESEMPENHO - 1º TRIMESTRE DE 2014

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	1T 2014	1T 2013	Variação ⁽¹⁾	Variação %
Receita Líquida	1.018,1	861,6	156,5	18,2%
EBITDA	120,5	77,7	42,8	55,1%
Margem EBITDA	11,8%	9,0%	2,8 p.p.	31,1%
Lucro Líquido	35,4	9,9	25,5	257,6%
Dívida Líquida	1.318,4	1.033,1	285,3	27,6%
Investimentos	58,2	56,1	2,1	3,7%
Volume de fornecimento (GWh)	3.391,8	3.121,8	270,0	8,6%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	4.371,3	4.065,8	305,5	7,5%

Outros Resultados	mar/14	mar/13	Variação	Variação %
Clientes (milhares)	2.388	2.315	73	3,1%
DEC (horas)	8,31	9,73	-1,42	-14,6%
FEC (interrupções)	4,95	5,29	-0,34	-6,4%
Perdas de Distribuição ⁽²⁾	7,32%	7,28%	0,04 p.p.	0,5%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-	-

(1) Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

(2) Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde set/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas de mar/14 da Elektro seria de 9,83% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

SUMÁRIO

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
3. AMBIENTE ECONÔMICO	3
4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS	5
4.1. Reajuste Tarifário	5
4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14	5
5. DESEMPENHO COMERCIAL	7
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição	7
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia	10
5.3. Contratos de Compra de Energia	10
6. RESULTADOS	12
6.1. Resultado ajustado	14
6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	16
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	17
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros	18
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	19
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	19
10. FLUXO DE CAIXA	20
11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO	20
12. DESEMPENHO OPERACIONAL	21
12.1. DEC e FEC	21
12.2. Perdas de Distribuição	22

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 31 de março de 2014, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/03/2014						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		47,42%		52,58%		100,00%

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível¹) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* www.elektro.com.br/ri, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2014 foi marcado por sinais de uma moderada recuperação do nível de atividade no cenário internacional.

Nos Estados Unidos, os dados do mercado de trabalho e indicadores de atividade apontam para uma recuperação mais consistente. A expectativa é de uma expansão do PIB de 2,8% em 2014, uma aceleração considerável em relação ao 1,9% do ano passado, puxado pelo consumo das famílias e investimentos. Já a taxa de desemprego manteve-se em 6,7% em março contra 7,5% em março de 2013, resultado dessa tendência positiva de crescimento.

A União Europeia (UE), por sua vez, dá sinais de estar deixando para trás o processo recessivo. O desemprego caiu para 10,5% em março na UE ante os 10,6% de fevereiro e 10,7% em janeiro, segundo dados divulgados pela Eurostat, agência oficial de estatísticas da União Europeia, e a taxa de desemprego na zona do euro registrou 11,8% em março, mantendo-se estável desde dezembro de 2013. A perspectiva para o crescimento da zona do euro para 2014 é de 1,2%, segundo estimativas do FMI, depois de ter fechado o ano de 2013 com uma recessão de 0,5%.

Já o governo Chinês anunciou em março estimativa de crescimento para o PIB de 7,5% para este ano. A meta é levemente inferior ao resultado de 2013, quando o aumento foi de 7,7%. Entretanto, pairam as preocupações sobre a economia chinesa após o registro de desaceleração no primeiro trimestre, levando o

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

governo a anunciar, em 3 de abril, um pacote de medidas que inclui reduções fiscais para pequenas empresas e investimento, até 35 milhões de euros, no setor ferroviário.

Em relação à política monetária, o *Federal Reserve* (FED - Banco Central norte-americano) deu continuidade ao processo de redução gradual do programa de compra ativos iniciada em janeiro deste ano. No entanto, prevalecem de maneira geral posturas acomodatórias nas economias maduras. Nesse sentido, o Banco Central Europeu anunciou, em 02 de abril, a manutenção da taxa de juros na mínima histórica de 0,25% a.a. A inflação continua em níveis moderados ou baixos nos Estados Unidos, Zona do Euro e Japão.

No Brasil, o trimestre foi marcado, dentre outros, pelo rebaixamento pela Standard & Poor's da nota de crédito soberano de BBB para BBB-, com perspectiva estável, decisão justificada pela desaceleração econômica e dificuldades no aspecto fiscal. No entanto, a classificação ainda mantém o país um nível acima do grau de investimento. Já as perspectivas para o crescimento do PIB em 2014 têm sido revisadas para baixo. Neste sentido, o relatório divulgado pelo FMI em 08 de abril cortou a projeção de expansão do Brasil em 2014 de 2,3% para 1,8%. A expectativa do mercado, dada pelo Relatório Focus divulgado em 04 de abril pelo Banco Central, é de que o PIB de 2014 fique em 1,63%.

No acumulado de janeiro a março de 2014, a moeda brasileira apresentou valorização de 3,40% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,2630/US\$, contra uma valorização de 1,45% no mesmo período de 2013, quando era cotada a R\$ 2,0138/US\$, o que representou uma desvalorização de 12,37% nos últimos 12 meses.

As exportações brasileiras somaram US\$ 49,6 bilhões no primeiro trimestre de 2014, o que representou uma retração de 4,1% sobre o mesmo período do ano anterior, quando registraram US\$ 50,8 bilhões. As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 55,7 bilhões, com redução de 2,2% em relação ao mesmo período de 2013 (US\$ 56,0 bilhões). Dessa forma, o déficit comercial acumulado nesse período totalizou US\$ 6,1 bilhões, pior resultado desde o início da série histórica, em 1994.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 2,55% no primeiro trimestre de 2014, com incremento de 1,71 ponto percentual comparado ao mesmo período de 2013, quando apresentou uma inflação de 0,84%. A aceleração deve-se à maior variação do IPA (Índice de Preço ao Produtor Amplo), impactado pela aceleração no preço das matérias primas brutas, tais como milho, soja e café em grãos.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o trimestre em 2,18%, 0,24 ponto percentual acima do índice do ano anterior (1,94%), puxado pelo grupo de alimentos e bebidas, em consequência da seca que atingiu as lavouras de alguns estados e prejudicou a oferta de alimentos.

Com relação à política monetária, dadas as pressões inflacionárias vigentes, o Comitê de Política Monetária (Copom) deu continuidade à trajetória de elevação da taxa Selic iniciada em abril de 2013, elevando-a para 10,50% a.a., 10,75% a.a. e 11,00% a.a. em 16 de janeiro, 27 de fevereiro e 03 de abril de 2014, respectivamente. No entanto, a percepção do mercado é que o Copom sinalizou, na ata de sua última reunião, a proximidade do fim do ciclo de alta de juros. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, foi reduzida paulatinamente desde junho de 2012 para os atuais 5,00% a.a. praticados desde janeiro de 2013, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994, e será mantida neste nível ao longo do segundo trimestre de 2014.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	1T 2014	1T 2013	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	2,2630	2,0138	0,2492
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	3,40%	1,45%	1,95 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	2,55%	0,84%	1,71 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	2,18%	1,94%	0,24 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	4,64%	1,70%	2,94 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	1,26%	1,23%	0,03 p.p.

(*) Cotação no encerramento do período.

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

4.1. Reajuste Tarifário

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Em 24 de Janeiro de 2013 a Aneel promoveu uma Revisão Tarifária Extraordinária envolvendo todas as distribuidoras do Brasil, na qual as tarifas da Elektro foram reduzidas, em média, em 20,34%. Esta redução ocorreu no intuito de contemplar os efeitos decorrentes da Lei 12.783/13, descrita adiante, e não apresentou efeito na Margem Operacional, já que implicou apenas em ajuste dos custos não gerenciáveis (Parcela A).

Em 27 de agosto de 2013 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, homologado pela Resolução Aneel nº 1.591 de 20 de agosto de 2013. O reajuste resultou em uma elevação média das tarifas de 8,9%. Este percentual contempla, dentre outros: (i) correção da parcela B por IGP-M; (ii) atualização dos custos de energia comprada de geradoras; e (iii) devolução de um terço do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 90,7 milhões. A devolução de um terço desses valores já foi realizada por meio das tarifas praticadas desde 27 de agosto de 2012 até 26 de agosto de 2013 e o saldo remanescente será devolvido para os consumidores por meio das tarifas com vigência a partir de 27 de agosto de 2014.

4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14

O Governo Federal oficializou por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica (o que resultou na Revisão Tarifária Extraordinária já mencionada, aplicada em 24 de janeiro de 2013) e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição definida pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados seriam indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplariam os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos. Adicionalmente, a Lei também desobrigou as distribuidoras do recolhimento da RGR (Reserva Global de Reversão), transferiu as necessidades da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e reduziu em 2013 o valor da cota da CDE para as distribuidoras em 75%, sendo que, para compensar estas alterações, a CDE passou a receber aportes adicionais do governo. Para as concessionárias de Distribuição também haveria condições específicas a serem estabelecidas pela Aneel em contrato de concessão ou termo aditivo. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela Aneel e atraso na operação comercial de outras usinas, com postergações de cronogramas aprovadas pela Aneel e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia.

Somam-se a isso as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012 até o início de 2014, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Cita-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras a partir de setembro de 2012, dentre elas a Elektro, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo.

No intuito de amenizar os impactos no caixa e no resultado das Distribuidoras o governo tomou diversas medidas, dentre elas a emissão, em 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.891/13, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945/13, alterando o Decreto 7.891/13, ao incluir a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, e cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética durante o ano de 2013.

Em junho de 2013 ocorreu o Leilão A-0 de energia existente, com intuito de suprir a exposição involuntária das distribuidoras decorrente do cancelamento do Leilão A-1 previsto para dezembro de 2012, e da insuficiência na distribuição de cotas. No entanto, devido à falta de oferta de energia neste leilão, a necessidade de energia declarada pela Elektro foi integralmente frustrada. Em dezembro de 2013 ocorreu novo leilão (A-1) de energia para início de suprimento em janeiro de 2014. Neste novo leilão a Elektro conseguiu adquirir cerca de 50% da energia declarada para 2014 (288,6 MWmed), com preços médios de contrato 62,4% superiores à cobertura tarifária atual, o que contribuiu para a pressão sobre os custos de energia, seja pela manutenção da exposição involuntária ao mercado *spot*, seja pelos maiores preços da energia contratada.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho Aneel nº 515/14, foi de R\$ 101,2 milhões.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014 a Aneel emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas futuramente pela Aneel para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

As despesas a serem cobertas por essa operação referem-se ao período fevereiro a dezembro de 2014. Assim, a companhia possuía em 31 de março de 2014 R\$ 580,1 milhões provisionados para a cobertura de custos, dos quais R\$ 305,2 milhões já foram repassados no mês de abril, conforme Despacho Aneel nº 1.256/14, e R\$ 274,9 milhões em maio, conforme Despacho Aneel nº 1.443/14. Dessa forma, o montante total contabilizado na rubrica “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia referente aos meses de janeiro a março de 2014 totalizou R\$ 687,7 milhões (incluindo R\$ 6,4 milhões de ajustes de contabilização da CCEE referentes ao ano anterior), compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia sobre os resultados da Companhia.

A Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos a receber em caixa já existia em 31 de março de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já haviam diversos normativos e evidências, dentre

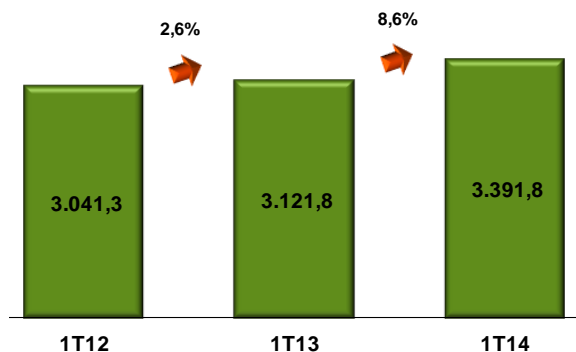
as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério de Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia de receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Em 30 de abril de 2014 ocorreu o 13^o Leilão de Energia Existente A-0, no qual a Elektro adquiriu 212 MWmed, o que contribuiu para redução da sua exposição involuntária ao mercado spot para o ano de 2014 e subsequentes, conforme detalhado no item 5.3 deste Relatório. A Elektro deverá contratar a energia faltante ao longo de 2014 em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, a eventual exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

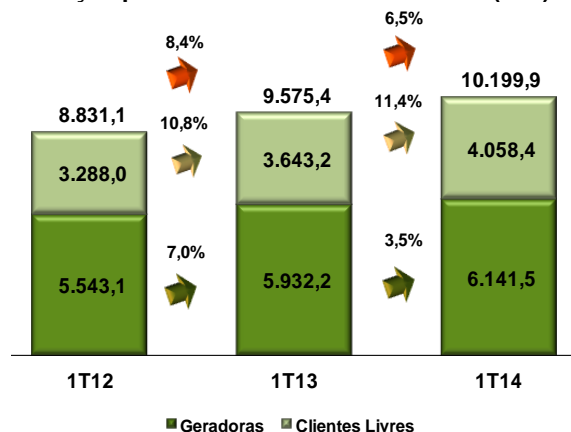
5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

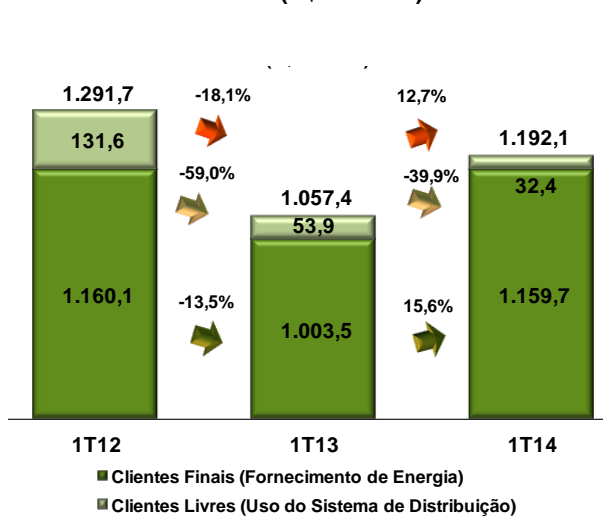
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) ^(*)



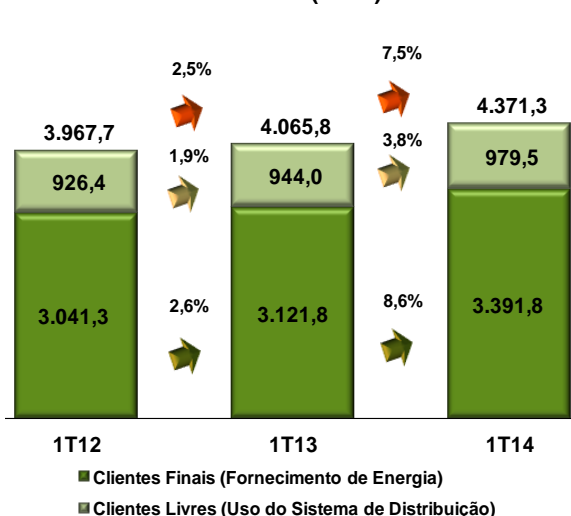
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) ^(*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh ^(*)		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
Residencial	1.080,6	1.208,3	11,8%
Industrial	894,9	884,9	-1,1%
Comercial	623,2	690,8	10,8%
Rural	223,3	265,6	18,9%
Poder Público	77,8	85,8	10,3%
Iluminação Pública	102,1	114,8	12,4%
Serviços Públicos	119,9	141,6	18,1%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	3.121,8	3.391,8	8,6%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW ^(*)		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	9.575,4	10.199,8	6,5%

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
Residencial	437,7	493,3	12,7%
Industrial	262,0	268,6	2,5%
Comercial	228,1	256,5	12,5%
Rural	48,0	60,1	25,2%
Poder Público	28,3	31,3	10,6%
Iluminação Pública	22,4	26,4	17,9%
Serviços Públicos	32,1	38,7	20,6%
Receita não Faturada ⁽²⁾	(55,1)	(15,2)	-72,4%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	1.003,5	1.159,7	15,6%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	53,9	32,4	-39,9%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	1.057,4	1.192,1	12,7%

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado. Considerando que a contabilização da receita não faturada é o resultado líquido da provisão do mês corrente menos o estorno da provisão do mês anterior, e que esta estimativa tem como base um percentual sobre a receita faturada, o resultado do primeiro trimestre de 2013 está impactado pela redução das tarifas a partir de 24 de janeiro de 2013.

No primeiro trimestre de 2014 a Elektro forneceu 3.392 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando um crescimento no consumo de 8,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (3.122 GWh).

As altas temperaturas registradas no primeiro trimestre deste ano foram os principais responsáveis pela elevação do consumo das classes residencial e comercial, sendo que a sensação térmica registrada no período superou em quase 2° C a registrada no primeiro trimestre de 2013. A classe residencial apresentou crescimento de 11,8% e a classe comercial 10,8% quando comparadas ao consumo acumulado de janeiro a março de 2013.

O consumo cativo da classe industrial, por sua vez, apresentou redução de 1,1% no acumulado até março deste ano quando comparado ao mesmo período de 2013, influenciada pela migração de clientes do mercado cativo para o livre. Considerando a totalidade dos clientes industriais, nos mercados livre e cativo, a classe apresentou crescimento no consumo de 1,7% na comparação de igual período. Esta variação está em linha com os dados da Produção Industrial, que segundo o IBGE apresentou crescimento de 0,4% no acumulado primeiro trimestre de 2014.

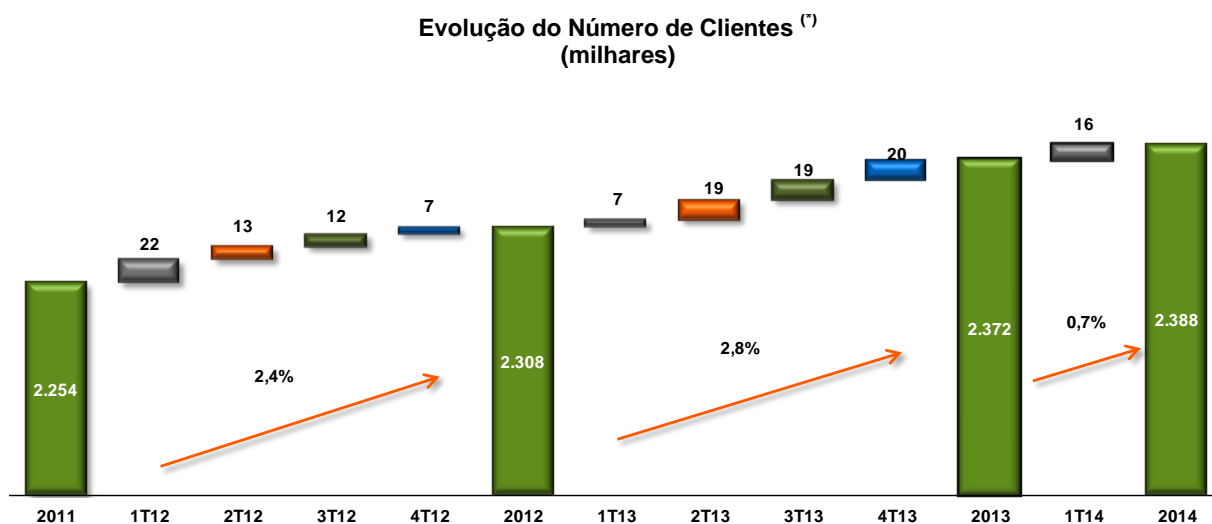
O consumo da classe rural cresceu 18,9% no acumulado de janeiro a março, quando comparado ao mesmo período de 2013. Este crescimento é explicado pelo baixo índice de precipitação verificado nos primeiros meses do ano, resultando na maior utilização do sistema de irrigação por muitos dos clientes da área de concessão.

O crescimento das classes poder público de 10,3% e serviço público de 18,1% no primeiro trimestre deste ano quando comparado ao primeiro trimestre de 2013, também sofreram os efeitos das altas temperaturas. O crescimento da classe serviço público, além da temperatura, teve influência da migração para o mercado cativo de um grande cliente que até março de 2013 era faturado integralmente como cliente livre.

O aumento de consumo da classe iluminação pública de 12,4% no primeiro trimestre deste ano é explicado pela menor base de comparação, pois em janeiro de 2013 ocorreu o remanejamento da data de leitura de cerca de 260 unidades consumidoras, que foram impactadas em aproximadamente 15 dias a menos de faturamento.

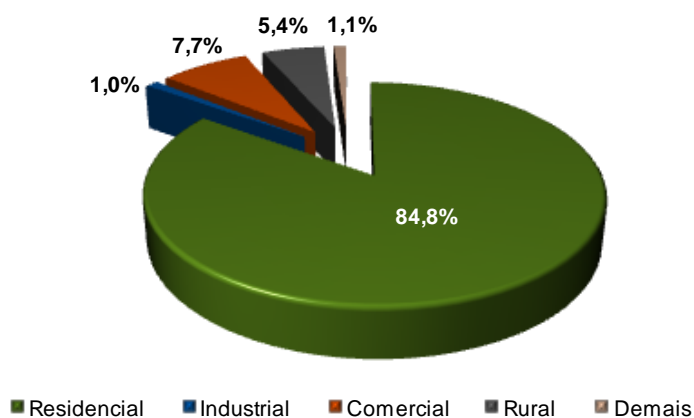
De janeiro a março de 2014, o crescimento do mercado na área de concessão da Elektro foi de 7,5%. O consumo do mercado cativo cresceu 8,6% e dos clientes livres 3,8%. Em março de 2014 a Elektro faturou 116 clientes no mercado livre, frente a 103 clientes faturados no mesmo período de 2013.

Em março de 2014, foram atendidos 2,4 milhões de clientes, com incremento de 3,1%, representado por 73 mil novos clientes, quando comparado ao mês de março de 2013. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica, foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Segmentação dos Clientes ^(*)
(Total: 2,4 milhões)

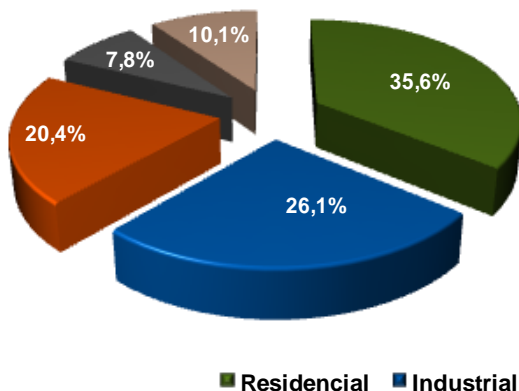


(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

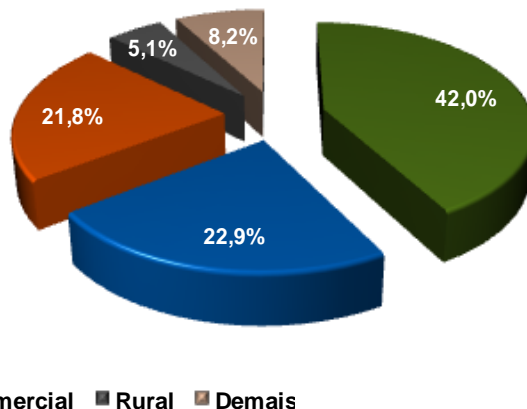
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação no primeiro trimestre de 2014:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (3.391,8 GWh) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 1.174,9 milhões) ⁽¹⁾



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) Inclui receita não faturada a clientes finais.

5.3. Contratos de Compra de Energia

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela Aneel, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2013. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual anual de 9,3%² em 2014, que decorre da combinação dos seguintes efeitos:

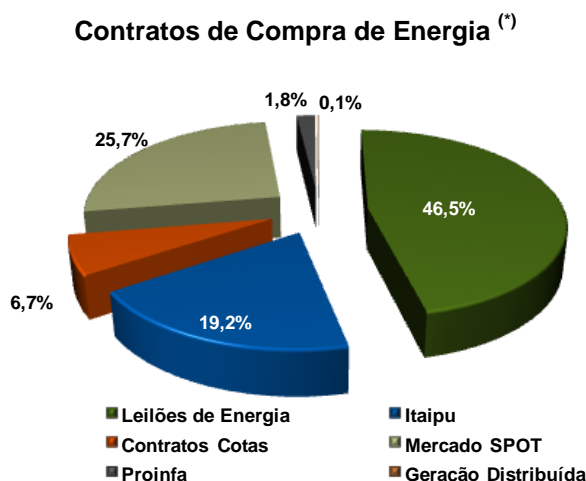
² Poderá sofrer alteração em função dos efeitos das Liminares nº 0009500-90.2013.4.01.4100 e nº 5535-51.2014.01.0000/DF, respectivamente a favor do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A(ESBR), responsável pela Usina UHE Santo Antonio, e do Consórcio Santo Antônio Energia, responsável pela Usina UHE Santo Antonio.

- (i) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2012 em virtude do cancelamento do Leilão A-1 previsto para 2012 e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13;
- (ii) rescisão contratual dos CCEARs provenientes dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela Aneel;
- (iii) falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período de julho de 2013 a junho de 2014;
- (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013; e,
- (v) atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento dos CCEARs devido principalmente a liminares judiciais, mas também a determinações da Aneel.
- (vi) realização do Leilão A-0 em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed, reduzindo o percentual de insuficiência contratual para o ano de 2014.

Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

Assim, no primeiro trimestre de 2014 o suprimento de energia para a Elektro foi realizado (i) 46,5% por meio de contratos provenientes de leilões de energia no ambiente regulado, (ii) 19,2% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 6,7% foram provenientes de contratos de cotas, (iv) 1,8% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), (v) 0,1% foram adquiridos por meio de contratos de Geração Distribuída e o restante, (vi) 25,7%, decorreram de compras no mercado *spot*.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro no primeiro trimestre de 2014:



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Em 2014 e para os anos subsequentes, há ainda necessidade de contratação de energia. Essa necessidade decorre da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, conforme motivos citados anteriormente. Esta necessidade foi parcialmente contratada no 13º Leilão de Energia Existente A-0, que ocorreu em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed, e o restante a Elektro deverá contratar ao longo de 2014 em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, reafirma-se que a eventual exposição é considerada

involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	1T 2014	1T 2013	△ R\$	△ %
			1T 2014/1T 2013	1T 2014/1T 2013
Venda de Energia Clientes Finais	1.159,7	1.003,5	156,2	15,6%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	32,4	53,9	(21,5)	-39,9%
Receita de construção	64,9	60,8	4,1	6,7%
Outras Receitas	119,9	78,1	41,8	53,5%
Receitas Operacionais	1.376,9	1.196,3	180,6	15,1%
Deduções às Receitas Operacionais	(358,8)	(334,7)	(24,1)	7,2%
Receitas Operacionais Líquidas	1.018,1	861,6	156,5	18,2%
Energia Comprada para Revenda	(703,1)	(598,3)	(104,8)	17,5%
Custo de Construção	(64,9)	(60,8)	(4,1)	6,7%
Gastos e Despesas Operacionais	(166,9)	(160,2)	(6,7)	4,2%
Resultado do Serviço	83,2	42,3	40,9	96,7%
EBITDA *	120,5	77,7	42,8	55,1%
Resultado Financeiro	(26,8)	(24,4)	(2,4)	9,8%
Lucro Líquido	35,4	9,9	25,5	257,6%

* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 35,4 milhões no primeiro trimestre de 2014) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 26,8 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 21,0 milhões), e depreciação e amortização (R\$ 37,3 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

A Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 1,4 bilhão no primeiro trimestre de 2014, registrando crescimento de 15,1% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$ 1,2 bilhão). Já as Receitas Operacionais Líquidas atingiram R\$ 1,0 bilhão, com incremento de 18,2% em comparação com o acumulado de janeiro a março de 2013 (R\$ 0,9 bilhão). As variações observadas devem-se principalmente à:

- (i) reajuste nas tarifas aplicado a partir de 27 de agosto de 2013, resultado do Reajuste Tarifário de 2013, cujo efeito médio percebido pelo consumidor foi um incremento de 8,9% nas tarifas praticadas;
- (ii) crescimento de mercado de 7,5%, em especial no consumo das classes residencial e comercial; e
- (iii) incremento de R\$ 41,8 milhões em Outras Receitas, em especial nas subvenções de CDE para subsídio tarifário (que, no primeiro trimestre de 2013, passaram a ser repassadas via CDE apenas a partir da emissão do Decreto 7.891/13, em 23 de janeiro de 2013), na contabilização pela CCEE de excedente financeiro referente ao suprimento de energia.

O Custo da Energia Comprada para Revenda vem registrando incrementos significativos desde o último trimestre de 2012, devido ao maior despacho de usinas térmicas e às compras de energia no mercado *spot* a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados conforme motivos detalhados no item 4 deste Relatório.

Parte destes custos foi compensada com R\$ 101,2 milhões de recursos de CDE recebidos conforme Decreto 8.203/14 referente à competência de janeiro e provisão de R\$ 580,1 milhões referente às competências de fevereiro e março de 2014, recursos advindos do Financiamento da Conta no Ambiente de

Contratação Regulada (CONTA-ACR) conforme Decreto nº 8.221/14, dos quais R\$ 305,2 milhões já foram repassados no mês de abril, conforme Despacho Aneel nº 1.256/14 e R\$ 274,9 milhões em 09 de maio, conforme Despacho Aneel nº 1.443/14.

Dessa forma, o aumento dos custos da companhia foi de 17,5% (R\$ 104,8 milhões) no primeiro trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, dentre outros, ao crescimento de mercado e incremento nos preços médios de contrato de energia em relação ao primeiro trimestre de 2013 (principalmente em função dos maiores preços contratados no leilão A-1 ocorrido em dezembro de 2013).

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 166,9 milhões, com incremento de 4,2% (R\$ 6,7 milhões) em relação ao primeiro trimestre de 2013, devido principalmente aos maiores gastos com serviços no sistema elétrico, a fim de garantir a confiabilidade do sistema.

O Resultado do Serviço registrou R\$ 83,2 milhões, com incremento de 96,7% em relação ao acumulado de janeiro a março de 2013 (R\$ 42,3 milhões), e a margem no Resultado do Serviço passou de 4,9% no primeiro trimestre de 2013 para 8,2% no primeiro trimestre de 2014, decorrente dos impactos já descritos anteriormente nas Receitas Operacionais Líquidas e no Custo de Energia Comprada.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 120,5 milhões, com crescimento de 55,1% em relação ao EBITDA do primeiro trimestre de 2013 (R\$ 77,7 milhões) e aumento da margem EBITDA em relação ao mesmo período (de 9,0% de janeiro a março de 2013 para 11,8% para o mesmo período de 2014), decorrente das mesmas variações no Resultado do Serviço descritas acima.

O Resultado Financeiro registrou elevação de 9,8% em relação ao primeiro trimestre de 2013, com incremento de R\$ 2,4 milhões. Observa-se que as maiores despesas de juros e variação monetária relacionadas ao maior saldo médio de dívida do período (empréstimos, financiamentos e debêntures) e aumento dos seus indexadores (IPCA, IGP-M e CDI) e atualização monetária referente à postergação da liquidação das compras de energia da competência de fevereiro foram parcialmente compensadas pelo aumento das receitas financeiras, em especial incremento na atualização do Ativo Financeiro devido aos maiores investimentos no período e aceleração do seu indexador, o IGP-M.

A Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 35,4 milhões no acumulado de janeiro a março, com incremento de 257,6% quando comparado ao mesmo período de 2013 (R\$ 9,9 milhões) e a margem líquida passou de 1,1% no primeiro trimestre de 2013 para 3,5% no mesmo período de 2014.

6.1. Resultado ajustado
R\$ Milhões

DRE - Resultado ajustado	2014	2013	Variação	
	31/03/2014	31/03/2013	R\$ Mil	%
Receitas operacionais líquidas	1.018,1	861,6	156,5	18,2
(-) Receita de construção	64,9	60,8	4,1	6,7
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(12,7)	5,3	(18,0)	-339,6
Receitas operacionais líquidas ajustadas	965,9	795,5	170,4	21,4
Resultado do Serviço	83,2	42,3	40,9	96,7
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(12,7)	5,3	(18,0)	-339,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(110,7)	(118,9)	8,2	-6,9
Resultado do Serviço ajustado	206,6	155,9	50,7	32,5
EBITDA	120,5	77,7	42,8	55,1
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(12,7)	5,3	(18,0)	-339,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(110,7)	(118,9)	8,2	-6,9
EBITDA ajustado	243,9	191,3	52,6	27,5
Lucro (prejuízo) líquido	35,4	9,9	25,5	257,6
(-) Ajustes EBITDA líquidos de IR/CS	(81,4)	(74,9)	(6,5)	8,7
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	116,8	84,8	32,0	37,7

Os Resultados da Companhia no primeiro trimestre de 2013 e 2014, apresentados no item 6 deste Relatório, estão impactados por eventos que foram e serão repassados às tarifas nos Reajustes Tarifários subsequentes. Esses eventos estão apresentados no quadro acima como “ativos e passivos regulatórios”. As Receitas Operacionais Líquidas (ROL) são ajustadas principalmente pela Receita de Construção, que tem impacto nulo sobre o Resultado da Companhia, uma vez que é uma contrapartida das variações do Custo de Construção, dado que não há margem de contribuição na prestação deste serviço pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil (maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 12.3). Dessa forma, a exclusão destes efeitos sobre as Receitas Operacionais Líquidas resultaria em uma receita de R\$ 965,9 milhões no primeiro trimestre de 2014 contra R\$ 795,5 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 21,4%, motivado principalmente pelo crescimento de mercado na área de concessão e melhora no mix de consumo de energia.

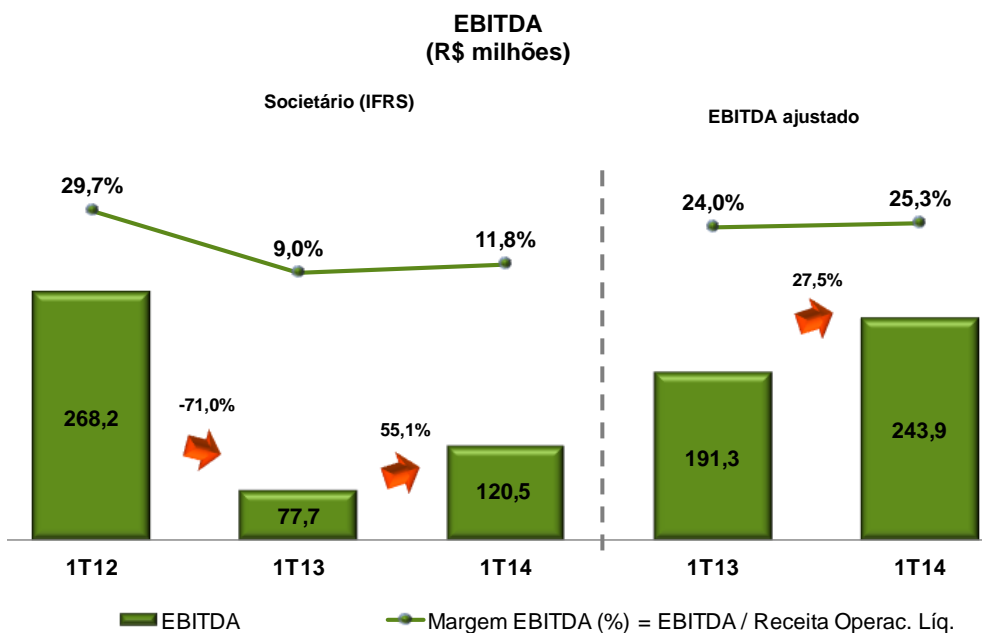
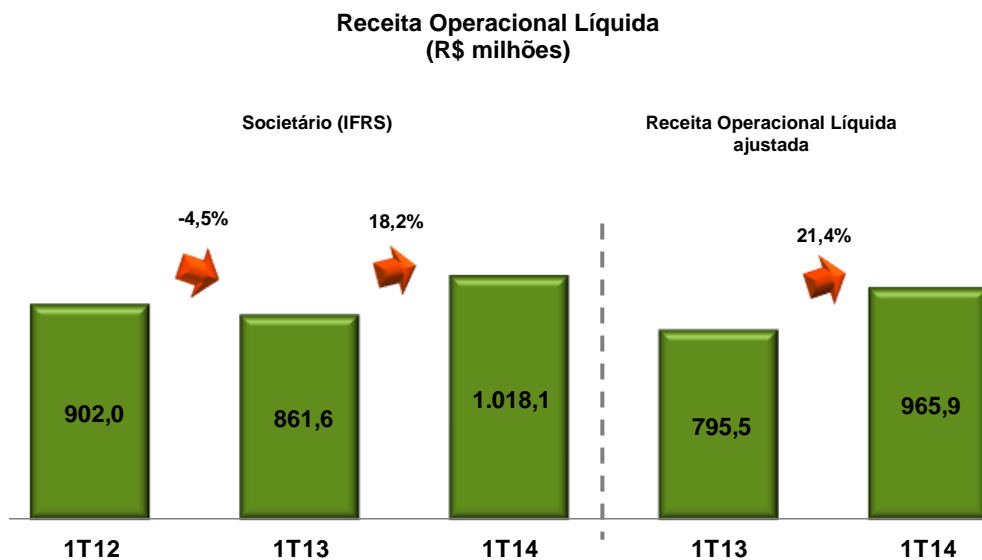
O EBITDA contém ainda, além do efeito dos ativos e passivos regulatórios sobre a Receita, o impacto dos Custos de Energia Comprada, que são repassados em reajustes tarifários subsequentes, negativo de R\$ 110,7 milhões no primeiro trimestre de 2014 e de R\$ 118,9 milhões no mesmo período de 2013. Se efetuados os ajustes para exclusão desses eventos em ambos os períodos, considerando os repasses desses valores nas tarifas da Companhia, o EBITDA ajustado seria de R\$ 243,9 milhões de janeiro a março de 2014 e de R\$ 191,3 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 27,5% neste período. Da mesma forma, o Resultado do Serviço ajustado seria de R\$ 206,6 milhões no acumulado do trimestre de 2014 contra R\$ 155,9 milhões no mesmo período de 2013, o que representaria um incremento de 32,5%. Os fatores que motivaram esse crescimento são aqueles já comentados na variação da ROL.

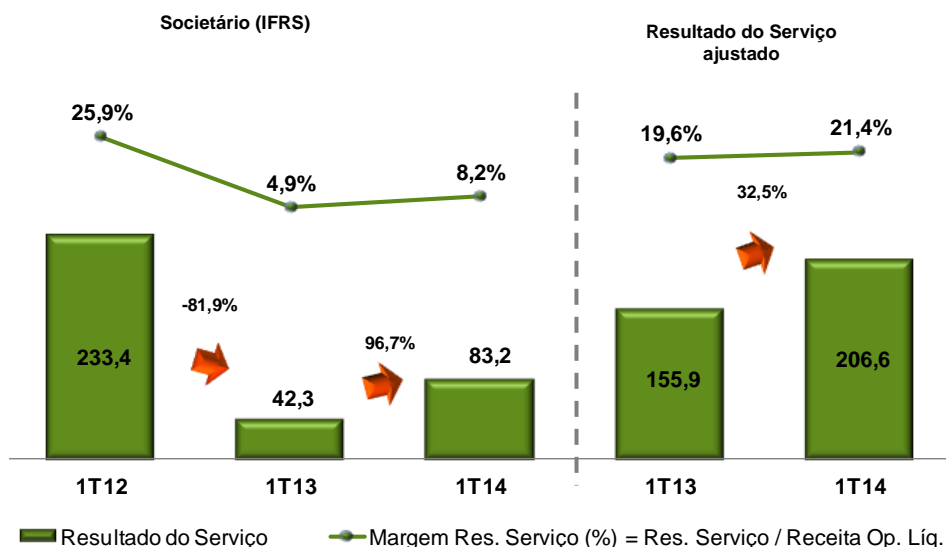
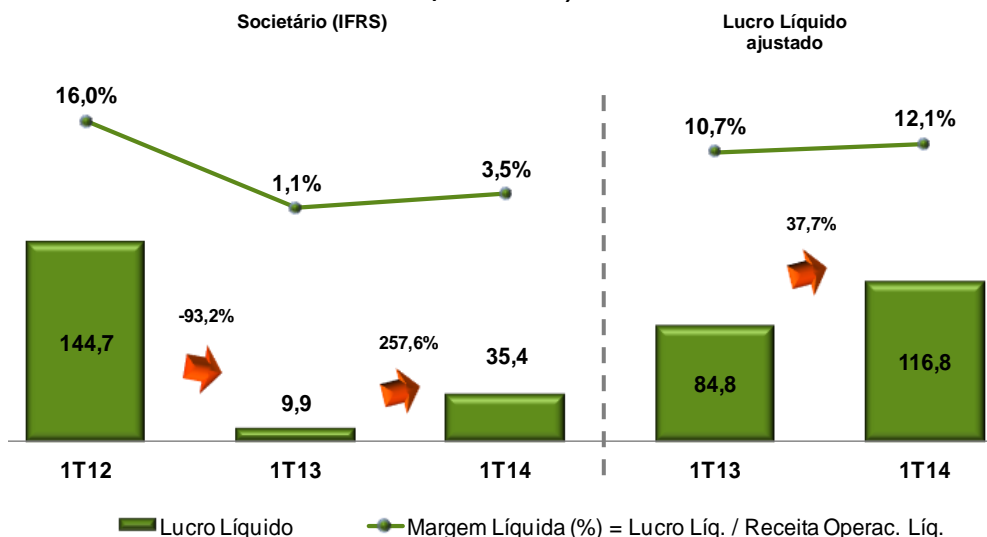
Considerando os efeitos destes mesmos ajustes no EBITDA e Resultado do Serviço, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, o Lucro Líquido do primeiro trimestre de 2014 seria de R\$ 116,8 milhões frente a R\$ 84,8 milhões no mesmo período de 2013, implicando em um crescimento de 37,7% no Lucro Líquido ajustado, motivado pelos efeitos mencionados anteriormente.

A Elektro entende que esses ajustes são necessários para um adequado entendimento dos níveis de geração de caixa operacional, descontados os efeitos temporários decorrentes do descasamento entre

variações de custos não gerenciáveis e o reflexo destas variações nas Receitas, que serão ajustados a partir da Revisão ou Reajuste Tarifário subsequente, conforme a regulação do setor.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados da Elektro no primeiro trimestre de 2014 comparados ao mesmo período de 2013, considerando os resultados societários (IFRS) e ajustados (ajustes de ativos e passivos regulatórios):



**Resultado do Serviço
(R\$ milhões)**

**Lucro Líquido
(R\$ milhões)**

6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 2013 foram distribuídos Dividendos Intermediários com base no Lucro Líquido apurado no primeiro semestre de 2013 no valor de R\$ 78,3 milhões, pagos em 1º de novembro de 2013. Também foram declarados Juros sobre Capital Próprio referentes ao exercício social de 2013, no total de R\$ 93,1 milhões pagos, líquidos de imposto de renda retido na fonte, em 23 de dezembro de 2013.

Em 20 de março de 2014, a Assembleia Geral dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 163,0 milhões, referentes ao exercício social de 2013 (deduzidos os

dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), cujo pagamento se dará até o encerramento do exercício social de 2014, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

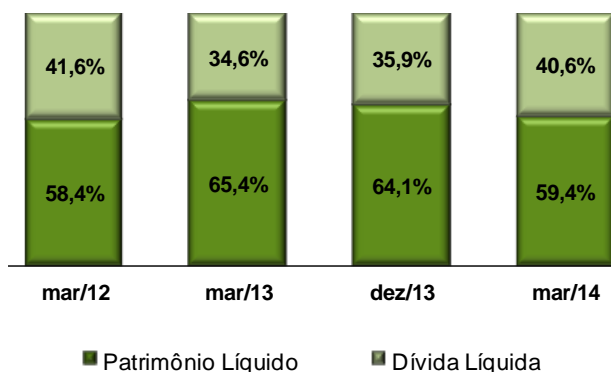
31/03/2014	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros				
Debêntures	66,0	983,4	1.049,4	62,4%
BNDES Finem / Finame	28,9	163,5	192,4	11,4%
Eletrobrás	13,9	68,6	82,5	4,9%
Finep	11,8	42,3	54,1	3,2%
BEI	10,7	280,8	291,5	17,3%
Arrendamento mercantil	1,8	9,4	11,2	0,7%
Total da Dívida	133,1	1.548,0	1.681,1	100,0%
Perfil da Dívida	8%	92%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(362,7)	
Endividamento Líquido			1.318,4	

(1) Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

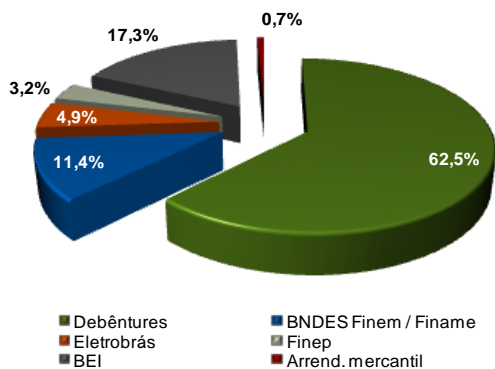
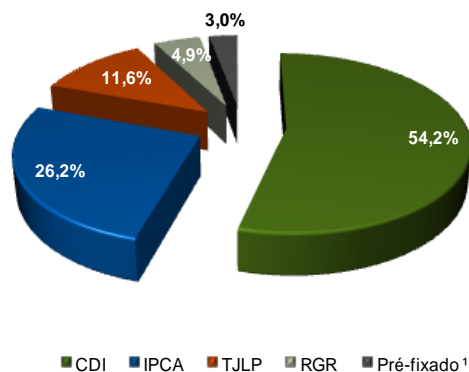
A Elektro encerrou o primeiro trimestre de 2014 com endividamento líquido de R\$ 1.318,4 milhões (14,5% maior que a posição encerrada em 31 de dezembro de 2013, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.151,0 milhões), resultado do endividamento total de R\$ 1.681,1 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 362,7 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 8% do total do endividamento.

No primeiro trimestre de 2014, a empresa captou R\$ 45,3 milhões para financiar seu programa de investimentos, sendo (i) R\$ 42,0 milhões por meio da nova linha de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) e (ii) R\$ 3,3 milhões por meio da linha financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimento.

Estrutura de Capital
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



Em 31 de março de 2014, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

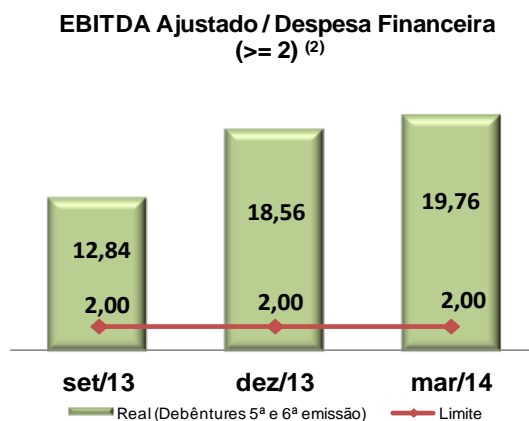
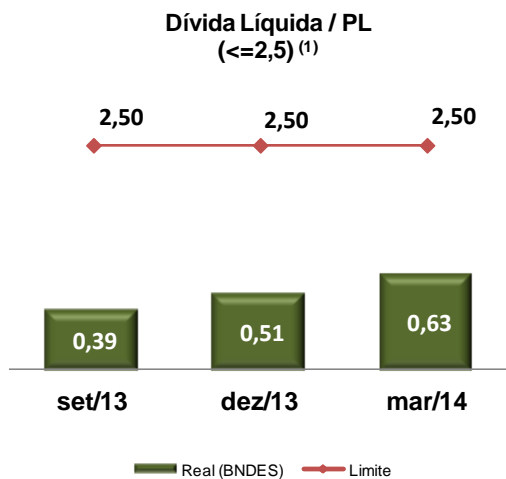
Modalidade do Financiamento
(Total: R\$ 1.681,1 milhões)

Indexação


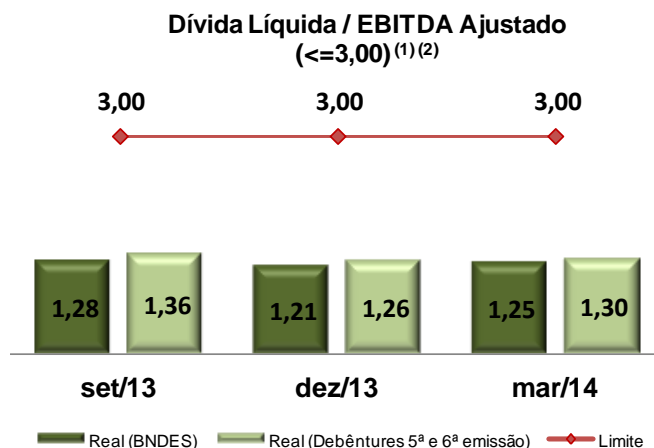
(1) Consideram recursos da FINEP sem indexação.

7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES e nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:





- (1) BNDDES. Para este contrato, a definição de EBITDA ajustado contempla, além dos ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios, a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.
- (2) Debêntures 5ª e 6ª emissão. Para as Escrituras de Emissão, a definição de EBITDA ajustado contempla os ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios.

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 17 de junho de 2013, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA', mantido desde 1º de julho de 2010, o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAAA'.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Em 15 de outubro de 2013 a Elektro contratou nova operação de *swap* vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013. O *swap* tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da CVA.

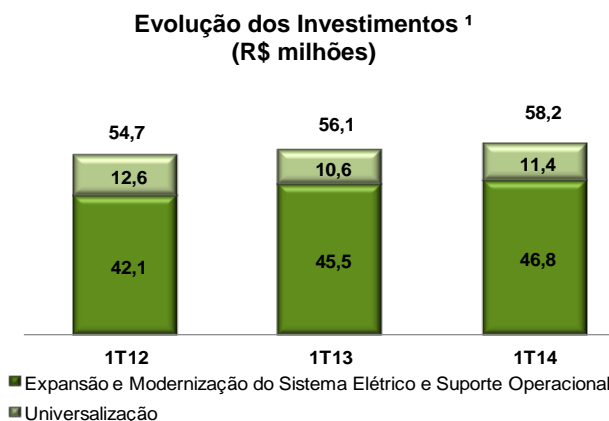
10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	1T 2014	1T 2013	1T 2014/1T 2013
Lucro líquido do período	35,4	9,9	25,5
Depreciação e outras amortizações	37,3	35,5	1,8
Juros e variação monetária e cambial	54,1	39,9	14,2
Outros	(8,3)	8,1	(16,4)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	83,1	83,5	(0,4)
Lucro Líquido Ajustado	118,5	93,4	25,1
Variação do Capital de Giro Operacional	(192,9)	0,00	(192,9)
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	(74,4)	93,4	(167,8)
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(64,9)	(60,8)	(4,1)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	7,6	7,8	(0,2)
Caução de fundos e depósitos vinculados	0,1	23,8	(23,7)
Atividades de Investimento	(57,2)	(29,2)	(28,0)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(18,8)	(8,0)	(10,8)
Captação de empréstimos e debêntures	45,1	37,8	7,3
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	26,3	29,8	(3,5)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0,00	0,00	0,00
Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	26,3	29,8	(3,5)
Geração (consumo) Líquido de Caixa	(105,3)	94,0	(199,3)
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	467,6	583,1	(115,5)
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	362,3	677,1	(314,8)

No primeiro trimestre de 2014 houve consumo líquido de caixa no montante de R\$ 105,3 milhões, contra uma geração líquida de caixa de R\$ 94,0 milhões em relação ao mesmo período de 2013. A principal justificativa relaciona-se ao consumo de capital de giro operacional, parcialmente compensado pelos melhores resultados do período. Esse consumo deve-se principalmente ao incremento do Contas a Receber da Companhia, vinculado ao crescimento da Receita, adicionado ao (ii) pelo efeito líquido entre o incremento da rubrica Contas a receber de CDE e conta ACR, referente aos repasses de custo de energia a receber e o incremento de fornecedores e supridores de energia elétrica a pagar, também relacionado ao aumento dos custos de energia.

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro trimestre de 2014, a Elektro investiu R\$ 61,9 milhões, dos quais R\$ 3,7 milhões referem-se a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um incremento de 4,2% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 59,4 milhões, dos quais R\$ 3,3 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).



(1) Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos foram:

- (i) R\$ 46,8 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 20,5 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
 - (b) R\$ 16,7 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
 - (c) R\$ 4,5 milhões utilizados em melhorias e atualizações tecnológicas; e
 - (d) R\$ 5,1 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e Frota.

- (ii) R\$ 11,4 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 10,5 milhões referente a Programas de Universalização, que determinam o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e
 - (b) R\$ 0,9 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 30 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

O nível de investimento realizado no primeiro trimestre de 2014 está em linha com realizado no mesmo período do ano anterior.

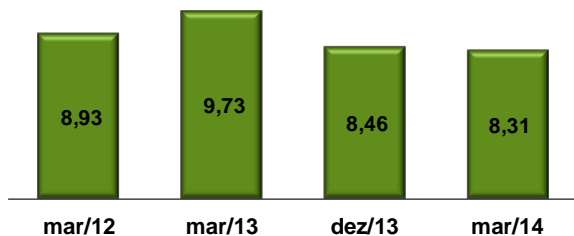
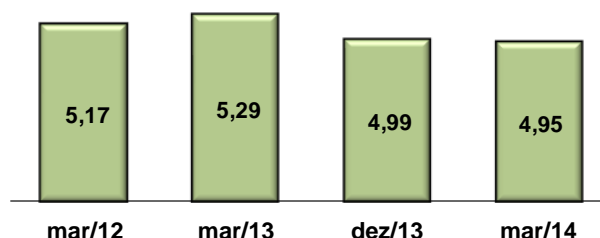
12. DESEMPENHO OPERACIONAL

12.1. DEC e FEC

A Elektro mantém forte compromisso com a eficiência e melhoria contínua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

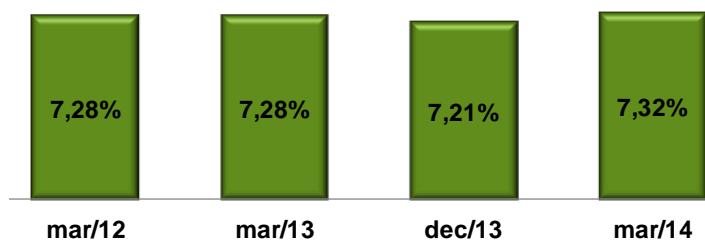
Como resultado, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), apresentaram melhora em relação aos indicadores anualizados em Dezembro de 2013, que foram os melhores resultados da história da Elektro para ambos. Em março de 2014 o DEC anualizado registrou 8,31 horas contra 8,46 em dezembro de 2013 e 9,73 em março de 2013 e o FEC registrou 4,95 interrupções contra 4,99 em dezembro de 2013 e 5,29 em março de 2013, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Estes resultados refletem a melhoria contínua e estão diretamente relacionados à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, introdução de processos inovadores de engenharia de distribuição e pela política de investimentos em melhorias que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) ^(*)

FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) ^(*)


Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução Aneel no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Caso considerados, os indicadores DEC e FEC de 31/03/2012 seriam 11,46 e 6,02, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2013 seriam 13,58 e 6,87, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2013 seriam 11,57 e 6,22, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 31/03/2014 seriam 11,87 e 6,33, respectivamente.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

12.2. Perdas de Distribuição
Perdas de Distribuição ^(*)


Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em março de 2014 as perdas de distribuição apresentaram ligeira elevação quando comparadas a março de 2012, março de 2013 e dezembro de 2013, registrando índice de 7,32% em março de 2014 em função, principalmente, do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico em alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão, que tiveram crescimento bem mais significativo, especialmente devido às altas temperaturas registradas neste período.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da Aneel nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para Elektro seja de 2,51% acumulados nos últimos 12 meses encerrados em 31 de março de 2014. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de março de 2014 seria de 9,83%.

Mais informações sobre a Elektro no site www.elektro.com.br

Relações com Investidores

☎ (19) 2122-1487

✉ ri@elektro.com.br

Balancos patrimoniais
em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2014	31/12/2013
Circulante		1.716.609	1.223.769
Caixa e equivalentes de caixa	5	362.343	467.630
Consumidores, parcelamentos de débitos e fornecedores	6	617.409	622.397
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014	3	596.596	11.363
Tributos a compensar	7	44.793	47.552
Caução de fundos e depósitos vinculados	8	9.158	8.782
Outros créditos		86.310	66.045
Não circulante		3.434.433	3.377.611
Parcelamentos de débitos e fornecedores	6	30.265	32.251
Tributos a compensar	7	66.767	62.936
Caução de fundos e depósitos vinculados	8	12.627	12.595
Depósitos judiciais	9	92.039	88.642
Tributos diferidos	27	851.740	828.465
Outros créditos		42.290	42.566
Ativo indenizável (concessão)	10.1	608.281	590.951
Ativo intangível	10.2	1.719.801	1.708.026
Imobilizado	11	10.623	11.179
Total do ativo		5.151.042	4.601.380

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Balanços patrimoniais
em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/03/2014	31/12/2013
Circulante		1.427.859	808.162
Fornecedores e supridores de energia elétrica	12	897.475	468.013
Empréstimos e financiamentos	13	67.062	60.871
Debêntures	14	66.024	63.933
Tributos a recolher	15	143.730	116.386
Encargos do consumidor		6.998	3.844
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	162.966	6
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	17	37.086	46.913
Obrigações P&D e eficiência energética	18	9.171	8.850
Plano especial de aposentadoria	19.2	-	2.889
Outros passivos		37.347	36.457
Não circulante		1.797.187	1.740.463
Empréstimos e financiamentos	13	564.426	525.892
Debêntures	14	983.360	968.276
Obrigações P&D e eficiência energética	18	30.726	29.998
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20.1	207.699	202.733
Outros passivos		10.976	13.564
Patrimônio líquido		1.925.996	2.052.755
Capital social	22	952.492	952.492
Reservas de capital		765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422
Lucros acumulados		36.200	-
Dividendos adicionais propostos		-	162.959
Total do passivo e patrimônio líquido		5.151.042	4.601.380

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração de resultados
para os períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	1º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2013
Receitas operacionais líquidas	23	1.018.067	861.627
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(830.789)	(717.733)
Energia comprada para revenda	24	(703.125)	(598.290)
Custos operacionais	25	(90.391)	(83.981)
Depreciação	11	(556)	(1.235)
Amortização de ativo intangível	10.2	(36.717)	(34.227)
Custo de construção	10.3	(64.890)	(60.804)
Lucro operacional bruto		122.388	83.090
Despesas operacionais	25	(39.183)	(40.809)
Despesas com vendas		(2.007)	(1.882)
Despesas gerais e administrativas		(15.131)	(12.011)
Outras despesas operacionais líquidas		(22.045)	(26.916)
Resultado do serviço		83.205	42.281
Resultado financeiro líquido	26	(26.776)	(24.442)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		56.429	17.839
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	27	(21.049)	(7.959)
Lucro líquido do período		35.380	9.880
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		0,1908	0,0533
Ordinária		0,1735	0,0484

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração do resultado abrangente
para os períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013
(em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>1º Trimestre 2014</u>	<u>1º Trimestre 2013</u>
Lucro líquido do período		35.380	9.880
Outros resultados abrangentes do período		820	3.015
Efeito do limite do ativo de benefício definido	19.1	1.244	4.568
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	27	(424)	(1.553)
Resultado abrangente do período		36.200	12.895

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o período findo em 31 de março de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	952.492	765.882	171.422	-	46.576	-	1.936.372
Lucro líquido do exercício	-	-	-	323.694	-	-	323.694
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	10.627	10.627
Reclassificação requerida parágrafo 93 d do CPC 33	-	-	-	10.627	-	(10.627)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(46.576)	-	(46.576)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(78.311)	-	-	(78.311)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(93.051)	-	-	(93.051)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(162.959)	162.959	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	952.492	765.882	171.422	-	162.959	-	2.052.755
Lucro líquido do período	-	-	-	35.380	-	-	35.380
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	820	820
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	820	-	(820)	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(162.959)	-	(162.959)
Saldos em 31 de março de 2014	952.492	765.882	171.422	36.200	-	-	1.925.996

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração dos fluxos de caixa
para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(em milhares de reais)**

	Notas	1° Trimestre 2014	1° Trimestre 2013
Atividades operacionais			
Lucro líquido do período		35.380	9.880
Itens do lucro líquido que não afetam caixa		83.209	83.504
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	6.009	12.468
Juros e variações monetárias e cambiais		54.090	39.908
Depreciações e amortizações	10.2 e 11	37.273	35.462
Ganho / (perda) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		(416)	(1.225)
Plano de pensão	19.1	1.244	4.568
Plano especial de aposentadoria		37	311
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20.1	6.111	9.902
Tributos diferidos	27	(23.698)	(23.602)
Marcação a mercado - ativo financeiro	10.1	(8.135)	(2.872)
Programa de P&D e eficiência energética		9.684	7.921
Pagamentos baseados em ações	21	1.010	663
Variações no ativo e passivo operacional		(192.937)	3
Contas a receber		(54.134)	80.559
Almoxarifado - Ativo circulante		(414)	389
Tributos a compensar	7	(1.072)	13.074
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014	3	(585.233)	(98.897)
Outros créditos		(23.351)	(11.294)
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)		(17.562)	(17.505)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	12	487.715	64.916
Tributos a recolher	15	71.625	25.238
Imposto de renda e contribuição social pagos		(44.281)	(29.716)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20.1	(1.145)	(2.517)
Plano especial de aposentadoria		(2.926)	(1.557)
Programa de P&D e eficiência energética		(9.460)	(8.557)
Outros passivos		(12.699)	(14.130)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(74.348)	93.387
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(57.182)	(29.260)
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	10.1 e 10.2	(64.890)	(60.804)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado		7.618	7.757
Caução de fundos e depósitos vinculados		90	23.787
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		26.243	29.791
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)		(18.817)	(7.969)
Captação de empréstimos		45.060	37.760
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(105.287)	93.918
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	467.630	583.148
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	362.343	677.066
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(105.287)	93.918

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013
(em milhares de reais)**

	Notas	1º Trimestre 2014	1º Trimestre 2013
Receitas		1.374.945	1.190.665
Vendas de energia e serviços	23	1.312.032	1.135.566
Receita de construção	23	64.890	60.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(2.419)	(6.951)
Outras receitas		442	1.246
Insumos adquiridos de terceiros		(904.425)	(783.087)
Energia comprada bruta	24	(765.517)	(657.983)
Materiais	25	(9.090)	(8.298)
Serviço de terceiros	25	(26.177)	(21.142)
Custo de construção		(64.890)	(60.804)
Outros custos operacionais		(38.751)	(34.860)
Valor adicionado bruto		470.520	407.578
Depreciação e amortização	10.2 e 11	(37.273)	(35.462)
Valor adicionado líquido		433.247	372.116
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	26	37.091	30.760
Valor adicionado a distribuir		470.338	402.876
Distribuição do valor adicionado		470.338	402.876
Pessoal		51.803	52.080
Impostos, taxas e contribuições		304.617	261.892
Federais		86.079	56.008
Estaduais		218.476	205.822
Municipais		62	62
Encargos setoriais e outros		14.699	23.870
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	26	63.839	55.154
Lucros retidos		35.380	9.880

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2014
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Companhia”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de concessão compreendida por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. O prazo de vigência é de 30 anos e pode ser prorrogado por, no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL. As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em fornecer energia elétrica a consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços, e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 10.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). Os mecanismos de ajuste são o reajuste tarifário anual e revisão tarifária ordinária a cada quatro anos (vide nota 30).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013. Essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral. Outras normas e procedimentos emitidos e revisados, que têm aplicação obrigatória futura, serão analisados oportunamente.

A emissão dessas Informações Trimestrais foi autorizada pela Administração em 13 de maio de 2014.

3. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

3.1 Reajuste Tarifário 2013

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Em 24 de janeiro de 2013 a ANEEL promoveu uma Revisão Tarifária Extraordinária envolvendo todas as distribuidoras do Brasil, na qual as tarifas da Elektro foram reduzidas, em média, em 20,34%. Esta redução ocorreu no intuito de contemplar os efeitos decorrentes da Lei 12.783/13, descrita adiante, e não apresentou efeito na Margem Operacional, já que implicou apenas em ajuste dos custos não gerenciáveis (Parcela A).

Em 27 de agosto de 2013 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, homologado pela Resolução nº 1.591 de 20 de agosto de 2013. O reajuste resultou em uma elevação média das tarifas de 8,9%. Este percentual contempla, dentre outros: (i) correção da parcela B por IGP-M; (ii) atualização dos custos de energia comprada de geradoras; e (iii) devolução de um terço do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 90.703. A devolução de um terço desses valores já foi realizada por meio das tarifas praticadas desde 27 de agosto de 2012 até 26 de agosto de 2013 e o saldo remanescente será devolvido para os consumidores por meio das tarifas com vigência a partir de 27 de agosto de 2014.

3.2 Lei nº 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14

O Governo Federal oficializou por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica (o que resultou na Revisão Tarifária Extraordinária já mencionada, aplicada em 24 de janeiro de 2013) e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição definida pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados seriam indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplariam os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos. Adicionalmente, a Lei também desobrigou as distribuidoras do recolhimento da RGR (Reserva Global de Reversão), transferiu as necessidades da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e reduziu em 2013 o valor da cota da CDE para as distribuidoras em 75%, sendo que, para compensar estas alterações, a CDE passou a receber aportes adicionais do governo. Para as concessionárias de Distribuição também haveria condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela ANEEL e atraso na operação comercial de outras usinas, com postergações de cronogramas aprovadas pela ANEEL e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia.

Somam-se a isso as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012 até o início de 2014, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Cita-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras a partir de setembro de 2012, dentre elas a Elektro, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo.

No intuito de amenizar os impactos no caixa e no resultado das Distribuidoras o governo tomou diversas medidas, dentre elas a emissão, em 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.891/13, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945/13, alterando o Decreto 7.891/13, ao incluir a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, e cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética durante o ano de 2013.

Em junho de 2013 ocorreu o Leilão A-0 de energia existente, com intuito de suprir a exposição involuntária das distribuidoras decorrente do cancelamento do Leilão A-1 previsto para dezembro de 2012, e da insuficiência na distribuição de cotas. No entanto, devido à falta de oferta de energia neste leilão, a necessidade de energia declarada pela Elektro foi integralmente frustrada. Em dezembro de 2013 ocorreu novo leilão (A-1) de energia para início de suprimento em janeiro de 2014. Neste novo leilão a Elektro conseguiu adquirir cerca de 50% da energia declarada para 2014 (288,6 MWmed), com preços médios de contrato 37% superiores aos vigentes e acima do previsto na tarifa, o que contribuiu para a pressão sobre os custos de energia, seja pela manutenção da exposição involuntária ao mercado spot, seja pelos maiores preços da energia contratada.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, foi de R\$ 100.161.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas futuramente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

As despesas a serem cobertas por essa operação referem-se ao período fevereiro a dezembro de 2014. Assim, a companhia possuía em 31 de março de 2014 R\$ 580.076 provisionados para a cobertura de custos, dos quais R\$ 305.162 já foram repassados no mês de abril, conforme Despacho ANEEL nº 1.256/14, e R\$ 274.914 em maio, conforme Despacho ANEEL nº 1.443/14. Dessa forma, o montante total contabilizado na rubrica “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia referente aos meses de janeiro a março de 2014 totalizou R\$ 687.705 (incluindo R\$ 6.708 de ajustes de contabilização da CCEE referentes ao ano anterior), compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia sobre os resultados da Companhia.

A Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos a receber em caixa já existia em 31 de março de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já havia diversos normativos e evidências, dentre as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e

comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério de Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia de receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Em 30 de abril de 2014 ocorreu o 13º Leilão de Energia Existente A-0, no qual a Elektro adquiriu 212 MWmed, o que contribuiu para redução da sua exposição involuntária ao mercado *spot* para o ano de 2014 e subsequentes, conforme detalhado no item 5.3 deste Relatório. A Elektro deverá contratar a energia faltante ao longo de 2014 em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, a eventual exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na nota 5 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O montante de R\$ 362.343 em 31 de março de 2014 (R\$ 467.630 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures com compromisso de recompra), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de março de 2014 a variação média estava em 101,31% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, e não possuem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

6. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/03/2014				31/12/2013			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	208.695	132.732	26.251	367.678	225.526	111.520	24.741	361.787
Outras contas a receber	296.108	3.634	18.667	318.409	312.944	3.390	19.246	335.580
Parcelamentos de débitos	35.464	3.634	18.667	57.765	39.662	3.390	19.246	62.298
Receita não faturada	227.172	-	-	227.172	242.338	-	-	242.338
Supridores	25.107	-	-	25.107	23.951	-	-	23.951
Outros	8.365	-	-	8.365	6.993	-	-	6.993
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(9.095)	-	(29.318)	(38.413)	(10.712)	-	(32.007)	(42.719)
Total	495.708	136.366	15.600	647.674	527.758	114.910	11.980	654.648
Circulante	465.443	136.366	15.600	617.409	495.507	114.910	11.980	622.397
Não circulante	30.265	-	-	30.265	32.251	-	-	32.251

Em 31 de março de 2014 o prazo médio para recebimento das contas de energia de clientes finais era de 36 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com critérios estabelecidos pelo regulador e que estejam de acordo com as normas contábeis. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplemento de clientes considerados críticos.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

Do montante de R\$ 25.107 classificado como Supridores (R\$ 23.951 em 31 de dezembro de 2013), R\$ 19.004 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2013	Adições	Recuperação da Receita	Baixas Incobráveis	31/03/2014
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	42.719	11.329	(5.320)	(10.315)	38.413

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	19.294	18.838
Impostos e contribuições retidos na fonte	4	37
ICMS a recuperar	92.262	91.613
Total	<u>111.560</u>	<u>110.488</u>
Ativo circulante	44.793	47.552
Ativo não circulante	<u>66.767</u>	<u>62.936</u>

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

8. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de março de 2014 o saldo era R\$ 9.158 e R\$ 12.627 (R\$ 8.782 e R\$ 12.595 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente nos ativos circulante e não circulante. Tais aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), indexados à variação média de 100,95% do CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados pelos seguintes motivos: (i) garantir valores liberados através dos contratos de empréstimos da Eletrobrás (Luz Para Todos), que são liberados após comprovação dos investimentos; (ii) garantir participação em leilões de compra de energia em curto e longo prazo; e (iii) garantir programas de treinamento aos colaboradores conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Dos R\$ 92.039 (R\$ 88.642 em 31 de dezembro de 2013) registrados nessa rubrica, o montante de R\$ 33.479 em 31 de março de 2014 (R\$ 33.116 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Com a incorporação da Empresa Paranaense Comercializadora Ltda (EPC) pela Elektro em 2012, os direitos e as obrigações da incorporada passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. Em 31 de março de 2014 o valor atualizado de depósito judicial oriundo da EPC é de R\$ 28.657, e refere-se ao processo descrito na nota 20.1.

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 29.903 em 31 de março de 2014, (R\$ 27.213 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a outros processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária.

10. CONTRATO DE CONCESSÃO

10.1. Ativo Indenizável (Concessão)

Desde a adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Administração entende, que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Em 31 de março de 2014 o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro de acordo com o parágrafo AG8 do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que estabelece que uma entidade deva, ao revisar suas estimativas de recebimentos, ajustar o custo amortizado do instrumento de forma a refletir os fluxos de caixa estimados atualizados, reconhecendo esta variação no resultado do exercício. A Lei nº 12.783/13 corroborou o entendimento que variações no ativo financeiro vinculado à concessão por conta das revisões tarifárias resultam em variações no fluxo de caixa estimado desse ativo ao final do período da concessão.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando, dentre outros fatores, a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. Esses recursos não são exigíveis ao longo da concessão. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A taxa de amortização é aquela definida pela ANEEL no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	<u>Custo</u>	<u>Obrigações especiais</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	518.151	(71.854)	11.599	457.896
Transferências de ativo intangível	115.506	-	-	115.506
Adições	-	(770)	-	(770)
Ajustes ao valor justo	-	-	18.814	18.814
Baixas	(1.607)	1.112	-	(495)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	632.050	(71.512)	30.413	590.951
Transferências de ativo intangível	9.177	-	-	9.177
Adições	-	18	-	18
Ajustes ao valor justo	-	-	8.135	8.135
Saldo em 31 de março de 2014	641.227	(71.494)	38.548	608.281

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos), já incluído na atual tarifa da Companhia. Como esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 23) e arrecadada pela Companhia, considera-se que o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

10.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão, de acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

Houve redução de R\$ 9.177 referente às transferências do período por ativos energizados, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

O valor de encargos de dívidas capitalizados à infraestrutura, de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos, foi de R\$ 16.487 em 31 de março de 2014 (R\$ 12.907 em 31 de dezembro de 2013).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total	
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.051.224	(321.527)	(322.625)	1.407.072	309.751	(47.973)	261.778	1.668.850
Adições	-	(1.102)	-	(1.102)	349.053	(33.907)	315.146	314.044
Baixas	(29.357)	2.412	10.172	(16.773)	-	-	-	(16.773)
Amortização	-	-	(142.589)	(142.589)	-	-	-	(142.589)
Transferências	191.589	-	-	191.589	(307.095)	-	(307.095)	(115.506)
Mudança na taxa de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.213.456	(320.217)	(455.042)	1.438.197	351.709	(81.880)	269.829	1.708.026
Adições	-	23	-	23	75.845	(10.997)	64.849	64.872
Baixas	(7.203)	-	-	(7.203)	-	-	-	(7.203)
Amortização	-	-	(36.717)	(36.717)	-	-	-	(36.717)
Transferências	24.077	-	-	24.077	(33.254)	-	(33.254)	(9.177)
Saldo em 31 de março de 2014	2.230.330	(320.194)	(491.759)	1.418.377	394.300	(92.877)	301.424	1.719.801

10.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

11. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil financeiro e não vinculados à concessão apresentam saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 conforme mutação abaixo.

	31/12/2013	Depreciação	31/03/2014
Arrendamento mercantil em serviço			
Administração Central	9.470	(446)	9.024
Edif, obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	16.529	-	16.529
(-) Depreciação acumulada	(7.059)	(446)	(7.505)
	1.709	(110)	1.599
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	10.779	-	10.779
(-) Depreciação acumulada	(9.070)	(110)	(9.180)
Total	11.179	(556)	10.623

12. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/03/2014	31/12/2013
Moeda nacional	864.331	421.384
Supridores de energia elétrica	821.385	336.880
Encargos de serviço de sistema - ESS	7.337	18.056
Fornecedores de materiais e serviços	35.609	66.448
Moeda estrangeira	33.144	46.629
Supridores de energia elétrica - Itaipu	33.144	46.629
Total	897.475	468.013

A variação na rubrica “Supridores de energia elétrica” foi motivada pela elevação dos preços de liquidação de diferenças – PLD, motivados pela recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1 e pelo agravamento da situação hidroenergética do país no primeiro trimestre de 2014, conforme mencionado na nota 3.2.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/03/2014	31/12/2013	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
Moeda Nacional	340.039	309.414			
BNDES					
Finame SE 2011	4.875	5.054	5,50%	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão
Finem CAPEX 2011/2012	145.817	152.805	de TJLP a TJLP + 3,03%	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	Fiduciária de Direitos
Finem 2013/2014	41.919	-	de TJLP a TJLP + 3,08%	Início 15/01/2016 até 15/11/2021	Creditórios
Custos com emissão - BNDES	(272)	(246)			
Eletrobrás					
Eletrobrás - Luz para Todos ⁽¹⁾	82.544	86.030	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	
Finep - 1º Ciclo	3.019	4.312	TJLP + 0,94% a.a	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	26.225	27.974	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	Carta de Fiança
Finep - 3º Ciclo	6.828	3.816	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Finep - 4º Ciclo	17.993	17.993	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Arrendamento mercantil	11.091	11.676	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 ⁽³⁾	
Moeda Estrangeira	291.449	277.349			
Banco Europeu de Investimento ⁽⁴⁾	285.182	282.762	US\$ + 3,4020% a.a.	31/10/2025	Carta de Fiança
Swap Empréstimo BEI	6.543	(5.205)	CDI - 0,30%	31/10/2025	
Custos com emissão - BEI	(276)	(208)			
Total	631.488	586.763			
Circulante	67.062	60.871			
Não circulante	564.426	525.892			

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

⁽⁴⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de CDI - 0,30%.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil de longo prazo em 31 de março de 2014 ocorrerão da seguinte forma: R\$ 48.796 em 2015, R\$ 85.188 em 2016, R\$ 84.269 em 2017, R\$ 74.756 em 2018 e R\$ 271.417 após 2018.

Em 31 de outubro de 2013, depois de cumpridas todas as condições precedentes previstas no contrato de financiamento assinado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Companhia recebeu a liberação do financiamento no montante de R\$ 281.050, com prazo de vencimento de 12 anos, pagamento de juros semestrais, carência de 3 anos para pagamento do principal e taxa pré-fixada de 3,4020% a.a., além da variação cambial. Na mesma data, foi contratada uma operação de *swap* com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, que tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI) com um custo final abaixo do CDI em 0,30%.

Além disso, no primeiro trimestre de 2014 foi liberado o montante de R\$ 41.919 referente à primeira parcela do novo contrato de financiamento junto ao BNDES e o Banco do Brasil, firmado em dezembro de 2013 na modalidade FINEM, no montante de R\$ 348.392 destinado à implantação do Plano de Investimentos 2013-2014 com prazo de financiamento de 10 anos e carência de 02 anos.

Condições Restritivas

BNDES (FINEM): conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Foi aprovada em 10 de outubro de 2013 a alteração da definição de EBITDA, com a inclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios, para os contratos firmados com o BNDES.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia cumpriu todas as condições restritivas e não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Arrendamento mercantil operacional

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

A Companhia realizou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Companhia. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013, bem como os pagamentos futuros que a Companhia fará com base nesses contratos.

	31/03/2014	31/03/2013
Despesas reconhecidas no período		
Locação de equipamentos e serviços de informática	3.019	4.328
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (<i>Callcenter</i>)	890	616
Locação de imóveis	989	872
Locação de computadores	681	737
Locação de veículos	116	43
Locação de impressoras	187	21
Total	<u>5.882</u>	<u>6.617</u>

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima acontecerão nos valores de R\$ 4.683 em 2015, R\$ 1.960 em 2016, R\$ 1.051 em 2017, R\$ 1.196 em 2018 e R\$ 2.120 após 2018.

14. DEBÊNTURES

	31/03/2014	31/12/2013	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
5ª Emissão	340.660	335.043				
1ª Série	121.469	124.519	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	219.711	211.093	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(520)	(569)				
6ª Emissão	708.724	697.166				
1ª Série	221.227	226.479	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	113.443	109.629	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	375.137	362.186	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(1.083)	(1.128)				
	<u>1.049.384</u>	<u>1.032.209</u>				
Total						
Circulante	66.024	63.933				
Não circulante	<u>983.360</u>	<u>968.276</u>				

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados em 2012 com a 6ª Emissão de Debêntures foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão, sendo que tais custos são apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a apropriar é de R\$ 1.603, sendo R\$ 361 no curto prazo (R\$ 182 referente a 5ª emissão e R\$ 179 referente a 6ª emissão) e R\$ 1.242 no longo prazo (R\$ 338 referente à 5ª emissão e R\$ 904 referente à 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 31 de março de 2014 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 40.000 em 2015, R\$ 219.937 em 2016, R\$ 179.937 em 2017, R\$ 125.145 em 2018 e R\$ 419.583 após 2018.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografária, sem garantia	quirografária, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado no caso de não observância no cumprimento de determinados índices financeiros conforme disposto na cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX das escrituras da emissão.

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus covenants financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES e nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelas respectivas escrituras de emissão.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública das 5ª e 6ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

15. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	80.003	94.901
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	39.861	16.040
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	14.289	116
Programa de integração social - PIS	8.654	3.482
Impostos retidos na fonte	666	1.400
Imposto sobre serviço - ISS	257	447
Total	<u>143.730</u>	<u>116.386</u>

16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de dividendos a pagar de R\$ 162.966 está de acordo com as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 20 de março de 2014, e serão pagos conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2014, precedidos de aviso aos acionistas publicados para esta finalidade.

Existem valores de dividendos a pagar para acionistas minoritários que não apresentaram seus dados cadastrais atualizados.

17. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/03/2014	31/12/2013
Férias e 13º salário a pagar	15.499	18.635
Retenções do empregado	3.801	2.841
INSS parte da empresa	9.625	9.003
FGTS	2.299	3.151
Participação nos lucros e resultados	5.193	12.917
Outros	669	366
Total	37.086	46.913

18. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas nº 300/2008, nº 316/2008, nº 408/2010 e nº 504/2012, a ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

O saldo das obrigações da Companhia com as obrigações de P&D e programas de Eficiência Energética, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	31/03/2014	31/12/2013
Programa de Eficiência Energética	0,50%	19.688	19.405
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	19.091	18.507
FNDCT	0,20%	746	624
MME	0,10%	372	312
Total		39.897	38.848
Circulante		9.171	8.850
Não circulante		30.726	29.998

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

19.1. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. O objetivo deste

método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta superávit atuarial de R\$ 222.567 em 31 de dezembro de 2013. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido, dentre outros critérios, somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 11% em 31 de dezembro de 2013, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	803.985	1.076.309
Valor justo dos ativos do plano	1.026.552	1.109.871
Superávit para planos cobertos	222.567	33.562
Limite de Ativo de Benefício Definido	(222.567)	(33.562)
(Ativo) atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	31/03/2014	31/03/2013
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	(1.244)	(4.568)
Despesa Reconhecida	(1.244)	(4.568)

Para o período findo em 31 de março de 2014, a Companhia efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 631 (R\$ 739 no mesmo período de 2013).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia no primeiro trimestre de 2014 foram de R\$ 106 (R\$ 115 no mesmo período de 2013), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

19.2. Plano Especial de Aposentadoria

Por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, a Elektro criou em 2007 o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial.

O PEA foi extinto do novo Acordo Coletivo do Trabalho (ACT), o qual está vigente desde julho de 2013. Desta forma, o pagamento do incentivo para os colaboradores elegíveis remanescentes foi efetuado em março de 2014.

20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

20.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração,

classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2013	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/03/2014
Cíveis e ambientais	110.986	5.713	1.190	(1.627)	(1.145)	115.117
Trabalhistas	24.783	971	971	(91)	-	26.634
Tributárias	31.258	335	639	(1.962)	-	30.270
Desapropriações e servidões	10.833	1	374	(1)	-	11.207
Regulatórias	24.873	1.198	-	(1.600)	-	24.471
Total das provisões	202.733	8.218	3.174	(5.281)	(1.145)	207.699

Em 31 de março de 2014, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

Em agosto de 2001, foram ajuizadas duas ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, para que estas deixem de impedir a livre atuação da Elektro, quanto ao uso das faixas intermediárias e laterais das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro.

Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do STJ. Em setembro de 2010, o STJ não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro apresentou recurso perante o STF, o qual não foi admitido pelo STJ. Diante de tal fato, a Elektro ingressou com ação rescisória para rediscutir o caso em 9 de agosto de 2013. Referida ação foi admitida e processada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 26 de agosto de 2013, e atualmente aguarda julgamento, situação que, no entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, não altera seu prognóstico de perda. Além disso, para dar cumprimento à decisão transitada em julgado, é preciso que concessionárias ingressem com novas ações específicas de cobrança a partir da decisão ao caso anterior, sendo que, até aqui, apenas algumas o fizeram. Inclusive, nesses 2 casos em que as ações foram recebidas pela Elektro, seus argumentos foram acatados em sede de decisão de primeira instância, desconstituindo a decisão da ação originária. Desta forma, ainda que a incerteza sobre o desfecho destes casos nas instâncias superiores não autorize, no entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, a reversão das provisões já constituídas, em relação a estas ações com decisões favoráveis, os assessores entendem que, diante do cenário atual, não há necessidade de novas provisões além das já constituídas. Em virtude disto, a Elektro mantém provisionado R\$ 88.874, em 31 de março de 2014 (R\$ 87.346 em 31 de dezembro de 2013).

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a Empresa Paranaense Comercializadora Ltda (EPC) - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de março de 2014 é de R\$ 29.128.

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. O valor estimado para os assuntos trabalhistas é de R\$ 15.095 e para os cíveis é de R\$ 43.056, e os processos ambientais, de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 5.325 em 31 de março de 2014, referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço de distribuição, cujas instâncias processuais são as mais diversas e em sua grande maioria, tratam-se de processos individuais com valores não relevantes.

Quanto aos assuntos previdenciários, o valor estimado é de R\$ 82.600, e refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do STF, de junho de 2008, parte das autuações foram anuladas devido a prazos de prescrição e decadência.

Quanto às questões tributárias, atualmente a Companhia enfrenta discussões com a Administração Pública em suas esferas federal, municipal e estadual, nas instâncias administrativa e judicial, dentre as quais destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela de seu imposto de renda no FINAM, retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP, compensação de saldo negativo de IRPJ; ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo. Todos os processos envolvendo questões tributárias somam R\$ 431.620 atualizados para 31 de março de 2014 (R\$ 412.210 em 31 de dezembro de 2013).

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST e a Administração, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro prepara agora recurso ao STF, sendo que, baseada na opinião dos advogados, entende que os argumentos para reversão da decisão são razoáveis, não sendo necessária a alteração do prognóstico de perda.

21. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Após aprovação do Conselho de Administração em 2011, a Elektro instituiu um Plano de Incentivo de Longo Prazo, baseado na outorga de ações da Iberdrola ao beneficiário, após cumpridas algumas condições e metas previstas em contrato assinado entre este e a Companhia, ao longo de dois anos contados a partir da assinatura do contrato, denominado “prazo de apuração”.

A transferência completa das ações se dará após o transcurso de outros três anos, denominado “prazo de liquidação”. Atingidas as metas e condições do “prazo de apuração”, a Elektro adquirirá por conta e ordem do beneficiário as ações, conforme previsão contratual.

Portanto, esse plano é “liquidado em caixa” pela Elektro e por isso a Companhia registrou um passivo exigível em contrapartida da despesa de pessoal.

Em 31 de março de 2014 existem dois contratos em vigor (i) R\$ 3.602 registrado em “Outros Passivos” no passivo circulante e R\$ 7.204 no passivo não circulante, referente aos contratos assinados ao final de 2012, cuja vigência foi de 2011 a 2013 e a liquidação se dará no período de 2014 a 2016; (ii) R\$ 1.010 registrado em “Outros Passivos” no passivo não circulante em contrapartida ao resultado do período, referente ao novo plano firmado a partir de 2014 que segue as mesmas características do plano anterior com vigência de 2014 a 2017.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

23. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Nota Explicativa	31/03/2014			31/03/2013		
	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.387.543	3.391.798	1.376.922	2.315.471	3.121.825	1.196.370
Fornecimento para consumidores	2.387.543	3.391.798	1.159.747	2.315.471	3.121.825	1.003.504
Outras receitas	-	-	217.175	-	-	192.866
CCEE	-	-	49.899	-	-	26.640
Receita de uso do sistema de distribuição	-	-	32.419	-	-	53.937
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	-	17.109	-	-	13.106
Receita de construção	10.3	-	64.890	-	-	60.804
Outras receitas	-	-	52.858	-	-	38.379
Deduções às receitas operacionais	-	-	(358.855)	-	-	(334.743)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	-	-	-	-	(2.266)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	-	-	-	-	-	(9.876)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(14.699)	-	-	(11.553)
ICMS sobre fornecimento	-	-	(218.476)	-	-	(205.822)
COFINS	-	-	(101.624)	-	-	(88.747)
PIS	-	-	(22.063)	-	-	(19.268)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	(9.684)	-	-	(7.917)
Outros	-	-	7.691	-	-	(234)
Total	2.387.543	3.391.798	1.018.067	2.315.471	3.121.825	861.627

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

24. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/03/2014		31/03/2013	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	3.941.093	702.316	3.615.028	568.911
Itaipu Binacional (**)	757.454	103.085	717.783	82.322
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.833.627	395.078	2.154.941	331.069
Mercado SPOT	1.012.871	833.337	414.624	137.197
(-) Repasse CDE - Cotas	-	(101.221)	-	(35.129)
(-) Conta - ACR	-	(580.076)	-	-
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	263.297	20.670	254.270	24.634
Geração Distribuída	3.435	484	-	-
PROINFRA	70.409	26.530	73.410	24.682
Uso do transporte de energia	-	4.429	-	4.136
Outros custos de energia	-	63.201	-	89.072
ONS - Uso da rede básica	-	51.718	-	47.468
CTEEP - Encargos de conexão	-	6.440	-	5.881
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	15.600	-	91.109
(-) Repasse CDE - ESS	-	(9.272)	-	(55.386)
Risco hidrológico	-	(4.149)	-	8.381
(-) Repasse CDE Risco Hidrológico	-	2.864	-	(8.381)
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(62.392)	-	(59.693)
Total	3.941.093	703.125	3.615.028	598.290

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

As condições hidroenergéticas estão desfavoráveis desde o último trimestre de 2012, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Destaca-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para as Distribuidoras de Energia Elétrica a partir de setembro de 2012, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo.

Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945/13, alterando do Decreto 7.891/13 ao incluir a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, e cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEAR, na modalidade por disponibilidade. As despesas a serem cobertas referem-se ao período fevereiro a dezembro de 2014. Em 31 de março de 2014 o montante a ser recebido através da CONTA-ACR foi de R\$ 580.076 (maiores detalhes vide nota 3).

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2014	31/03/2013
Gastos com pessoal	60.358	60.270
Gastos com materiais	9.090	8.298
Gastos com serviços de terceiros	26.177	21.140
Outras despesas operacionais líquidas	<u>33.949</u>	<u>35.082</u>
Despesas com arrecadação bancária	4.030	3.827
Aluguéis e seguros	3.810	3.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	2.419	6.951
Telefonia e telecomunicações	3.114	4.399
Perda na desativação e alienação de bens, líquida	6.218	5.011
Taxas e contribuições	4.319	5.146
Despesas com viagens	1.864	1.094
Provisões para ações judiciais e regulatórias	3.361	3.266
Outras	4.814	1.842
	<u>129.574</u>	<u>124.790</u>
Custo da operação	90.391	83.981
Despesas com vendas	2.007	1.882
Despesas gerais e administrativas	15.131	12.011
Outras despesas operacionais	<u>22.045</u>	<u>26.916</u>
	<u>129.574</u>	<u>124.790</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2014	31/03/2013
Receitas	37.091	30.760
Aplicações financeiras	8.971	9.431
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	11.089	11.666
Atualizações monetárias e cambiais	6.398	6.312
Atualização do Ativo Financeiro	8.135	2.872
Outras receitas financeiras	2.498	479
Despesas financeiras	(63.867)	(55.202)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(7.442)	(8.322)
Juros sobre debêntures	(19.383)	(15.901)
Atualizações monetárias e cambiais	(20.879)	(20.629)
Outras despesas financeiras	(16.163)	(10.350)
Total	<u>(26.776)</u>	<u>(24.442)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/03/2014		31/03/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.429	56.429	17.839	17.839
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(14.101)	(5.079)	(4.454)	(1.606)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(2.005)	(668)	(1.839)	(628)
Incentivos fiscais e outros	804	-	568	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(15.302)</u>	<u>(5.747)</u>	<u>(5.725)</u>	<u>(2.234)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.726)	(12.020)	(23.080)	(8.482)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.424	6.273	17.355	6.248
Total	<u>(15.302)</u>	<u>(5.747)</u>	<u>(5.725)</u>	<u>(2.234)</u>

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
IR e CS sobre diferenças temporárias	120.673	128.019	(7.347)	(777)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.058	14.520	(1.462)	(572)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	58.487	56.789	1.698	1.330
Plano especial de aposentadoria	-	982	(982)	(423)
Variação cambial	-	-	-	(2.670)
Provisão ganho/perda <i>hedge</i>	-	-	-	3.522
Provisão perda na desativação de ativos	-	-	-	2.218
Provisão efeito postergação tarifária	43.378	51.227	(7.849)	(5.141)
Outras	5.750	4.501	1.248	959
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	95.269	98.637	(3.368)	(3.278)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola	611.657	622.264	(10.607)	(10.607)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	23.717	(25.930)	45.020	38.265
Plano de pensão	(424)	(5.475)	424	1.553
Leasing	159	169	(10)	5
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	41.563	(2.185)	43.748	37.712
Marcação a mercado <i>swap</i>	-	(2.564)	2.564	(30)
Reversão Fiscal Diferimento	(4.474)	(5.534)	1.060	-
Contratos de concessão - marcação a mercado	(13.107)	(10.341)	(2.766)	(975)
Subtotal - impacto no resultado do exercício	851.316	822.990	23.698	23.603
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	424	5.475	(424)	(1.553)
Plano de pensão	424	5.475	(424)	(1.553)
Total	<u>851.740</u>	<u>828.465</u>	<u>23.274</u>	<u>22.050</u>

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2014.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 31 de março de 2014 é como segue: R\$ 51.578 em 2014, R\$ 63.929 em 2015, R\$ 61.306 em 2016, R\$ 61.507 em 2017 e R\$ 613.869 de 2018 a 2028.

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

28. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão associadas às receitas obtidas junto à Elektro Comercializadora de Energia Ltda., que se referem a serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas. As despesas são relativas à compra de energia elétrica no mercado livre para o prédio da Sede da Elektro e prestação de serviços por parte da Iberdrola. No período findo em 31 de março de 2014, as receitas foram de R\$ 81 (R\$ 177 em 31 de março de 2013) e as despesas de R\$ 635 (R\$ 436 em 31 de março de 2013).

Os valores dos serviços e do compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia e compartilhamento de infraestrutura. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 18 de outubro de 2011 com suprimento de energia no período de 22 de agosto de 2010 a 22 de agosto de 2014.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Companhia no período findo em 31 de março de 2014, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 1.917 (R\$ 1.428 em 31 de março de 2013), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 1.499 (R\$ 1.102 em 31 de março de 2013) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 418 (R\$ 327 em 31 de março de 2013). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações da Iberdrola concedidas pela Elektro (vide nota 21) no montante de R\$ 1.010 no período findo em março de 2014.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 19.1).

29. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros:

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirrisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2013 a 31 de maio de 2014, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2013 a 1º de junho de 2014.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirrisco	889.405	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Informações Trimestrais, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 10.1. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Informações Trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e derivativos: A Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Europeu de Investimentos (“BEI”) no montante de USD 128.898, com juros pré-fixados de 3,402%, prazo de vencimento de 12 anos, pagamento de juros semestrais e 3 (três) anos de carência para pagamento do principal. Para esta operação foram contratadas duas operações de “Swap” com os bancos Santander e HSBC (sendo 50% do montante total da dívida para cada banco) com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cujo objetivo é a proteção contra risco de variação nas taxas de câmbio. Por meio dos “Swaps” substituiu-se o custo em dólar da dívida, com juros pré-fixados, por um custo em reais atrelado à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI), resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final abaixo do CDI em 0,30 ponto percentual.

O empréstimo contratado em moeda estrangeira foi considerado como item objeto de *hedge* (*hedge accounting*), e contabilizado pelos seus valores justos, com vistas à proteção do risco de variação cambial. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas e descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge*. Nível hierárquico 2.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

Demais ativos e passivos financeiros: Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/03/2014			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	362.343	362.343	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	647.674	647.674	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	21.785	21.785	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	608.281	608.281	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	1.640.083	1.640.083		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(897.475)	(897.475)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(328.948)	(287.479)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(284.906)	(284.906)	Valor justo	Objeto de <i>Hedge</i>
Operações de <i>swap</i>	(6.543)	(6.543)	Valor justo	Instrumento de <i>Hedge</i>
Debêntures*	(1.049.384)	(1.029.421)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(11.091)	(11.091)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(2.578.347)	(2.516.915)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Ver mais detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 10.1.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Nas atividades da Companhia, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Companhia, por não haver previsão de manutenção nas informações trimestrais dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Companhia permanece isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Companhia considerava possuir, em 31 de dezembro de 2013, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses dos indicadores projetados abaixo as expectativas divulgadas no Relatório Focus

do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2014, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 28 de março de 2014: 11,51%, 6,12% e 6,14% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 5,00% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável (*)	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	359.235	Variação CDI	41.348	51.685	62.022
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(121.469)	Variação CDI	(13.981)	(17.476)	(20.972)
Empréstimo ⁽¹⁾	(291.725)	Variação CDI	(33.578)	(41.972)	(50.366)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(221.227)	Variação CDI	(25.463)	(31.829)	(38.195)
	(275.186)		(31.674)	(39.592)	(47.511)
Ativo Indenizável ⁽²⁾	608.281	Variação IGP-M	37.227	46.533	55.840
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(219.711)	Variação IPCA	(13.490)	(16.863)	(20.235)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(113.443)	Variação IPCA	(6.965)	(8.707)	(10.448)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(375.137)	Variação IPCA	(23.033)	(28.792)	(34.550)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(3.019)	Variação TJLP	(151)	(189)	(226)
Financiamentos - BNDES	(187.736)	Variação TJLP	(9.387)	(11.734)	(14.080)
Redução (aumento)			(47.474)	(59.342)	(71.211)

⁽¹⁾ A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a companhia possui uma operação de *Swap* conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

⁽²⁾ Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e variação do IGP-M.

^(*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de Inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de um dia após a data do seu vencimento. Em 31 de março de 2014, o saldo do contas a receber vencido apresentou aumento de R\$ 22.387 quando comparado com 31 de dezembro de 2013. O índice de inadimplência no encerramento do exercício foi de 4,3% (3,9% em 31 de dezembro de 2013).

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue

adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2013. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual anual de 9,3% em 2014, decorrente da recontração parcial do volume de energia existente cujos contratos terminaram em dezembro de 2012, e que estava prevista para acontecer ainda naquele ano (em Leilão A-1) não foi realizada em sua totalidade tendo em vista (i) o cancelamento do referido leilão e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13, (ii) a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, (iii) pela falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período entre julho de 2013 e junho de 2014; (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013; (v) atraso na entrada em operação de alguns empreendimentos de geração, com conseqüente suspensão da obrigação contratual de suprimento do CCEAR; e (vi) realização do Leilão A-0 em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed, reduzindo o percentual de insuficiência contratual para o ano de 2014. Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários. A partir de 2015, há ainda necessidade de contratação de energia. Essa necessidade decorre da insuficiência contratual não suprida em 2014, conforme motivos citados anteriormente. Parte desta necessidade poderá ser contratada no 13º leilão de energia existente A, que ocorrerá em 30 de abril de 2014, o restante a Elektro deverá contratar ao longo de 2014 em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, reafirma-se que a eventual exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 108 subestações (SE), a automação do comando de 1.095 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas, bem como a implantação de 72 sistemas de auto restabelecimento 'Self Healings' em funcionamento, que transferem de forma automática trechos desenergizados para fontes alternativas evitando desligamentos de longa duração. Esses sistemas beneficiam atualmente 58 municípios e 155.940 consumidores.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 16 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a modernização de 458 disjuntores e a instalação de 1,9 mil km de redes compactas com cabos protegidos, nos últimos 6 anos.

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações / variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/03/2014	31/03/2013
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	2,2630	2,0138
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	3,40%	1,45%
IGP-M	2,55%	0,84%
IPCA	2,18%	1,94%
TJLP	1,26%	1,23%
Selic	2,64%	1,65%
CDI	4,64%	1,70%

(1) Cotação em 31 de março de 2014.

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

JESSICA DE CAMARGO REAOCH

DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

TALITA MENDES MASSON

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

WEDSON ROMERO PERES

CONTADOR

CRC 1SP222804/O-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

CONSELHEIROS

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

FERNANDO ARRONTE VILLEGAS

JUSTO GARZON ORTEGA

JUAN MANUEL EGUIAGARY UCELAY

LUIZ CARLOS SILVA

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas (SP), 13 de maio de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luís Alexandre Marini
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Júnior
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP